

## Dívida I

# Terceira grande renegociação

EM 1993, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Endividamento Agrícola, criada pelo Congresso Nacional, concluiu que houve débitos irregulares nas contas correntes dos agricultores brasileiros. Sua determinação foi exigir o recálculo das contas e os bancos, por força de lei, seriam obrigados a devolver esses recursos aos agricultores.

Dessa comissão resultou a securitização, o Pesa, o Recoop e outros programas que renegociaram o pagamento dos débitos em até 20 anos. Posteriormente, em 24 de agosto de 2001, com a edição da MP 2.196-3, o governo negociou as dívidas dos produtores, sem o recálculo, com o Tesouro Nacional.

Todo esse esforço não foi suficiente para dar uma solução ao problema. A cada safra os recursos aplicados no crédito rural serviam para rolar dívidas passadas e cobrir parte do capital de giro corrente. A situação ficou mais crítica a partir da temporada 2004/05. Problemas climáticos e a valorização do câmbio penalizaram a renda do setor.

Diante desse contexto, foi recentemente criado um grupo de trabalho do endividamento (GT), do qual fazem parte parlamentares e técnicos da Comissão de Agricultura da Câmara (Capadr). O GT elaborou uma proposta, que recebeu o nome de Programa de Reestruturação do Passivo Rural Brasileiro. Sua pretensão é viabilizar as negociações das dívidas acumuladas pelos assentados da reforma agrária, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores rurais.

O objetivo é readequar as dívidas vencidas e propor melhores prazos e condições de pagamento, além de bônus que

servirão de estímulo para o produtor antecipar o quitação de suas parcelas. O anteprojeto é inovador e apresenta soluções realizáveis para limpar essa nuvem escura que paira sobre o setor rural no país. Uma forma de olhar à frente, pois a solução do problema do endividamento é um passo certo para desenvolver o agronegócio brasileiro.

O anteprojeto propõe a rolagem de R\$ 70,69 bilhões de débitos antigos com a União e de custeio e investimento rolados a partir de 2003. A proposta pode beneficiar cerca de um milhão de produtores, entre agricultura familiar, médios e grandes produtores. Os cálculos são de que, de um total de 512,6 mil contratos com bancos e o Tesouro Nacional, 156 mil não foram pagos nos últimos dois anos.

## Dívidas consolidada em 2001 (R\$ bilhões)

<b>1. Pesa</b>	
a) Banco do Brasil	1,12
b) Tesouro Nacional	9,69
c) Febraban	2,70
d) Total	13,51
e) Inadimplência	2,60
<b>2. Securitização</b>	
a) Tesouro Nacional	8,64
b) Febraban	0,29
c) Total	8,93
d) Inadimplência	3,16
<b>3. Dívida ativa</b>	
a) Securitização	4,26
b) Pesa	1,78
c) Total	6,04
<b>4. Programas especiais: vencido</b>	1,19
<b>Total [1e + 2d + 3c + 4]</b>	<b>12,99</b>

Fonte: Capadr

## Programas especiais em 2001 (R\$)

Programa	Saldo devedor	Saldo vencido
Procera	451,50	179,40
Pronaf	2.269,50	512,50
Proceder II	115,75	122,40
Funcafé	957,90	287,70
Cacau	321,50	92,30
Recoop	372,20	5,60
<b>Total</b>	<b>4.488,35</b>	<b>1.199,90</b>

Fonte: Capadr

## Recursos aplicados (R\$ mil)

Safra	Investimentos	Custeio
2001/02	1.016.426	18.612.000
2002/03	1.263.399	28.142.000
2003/04	2.328.060	34.774.000
2004/05	995.865	24.294.000
2005/06	597.701	25.459.000
<b>Total</b>	<b>6.201.441</b>	<b>131.281.000</b>

Fonte: Capadr

## Proposta de renegociação

- Recálculo geral da dívida sem encargos de inadimplência, mora, multas e taxas;
- Correção pela TJLP ou equivalência produto;
- Prazo de 20 a 30 anos, a partir de 2009;
- Juros de 2,5% a 3,0% ao ano;
- Parcela limitada a 1,5% (pequenos) ou 3% (médios e grandes) do faturamento bruto;
- Bônus entre 30% e 45% das parcelas;
- Liquidação total antecipada com desconto baseado em TJLP ou Selic;
- Liberação de garantias, quando superam 30% o valor da operação;
- Suspensão de execuções jurídicas.

Os débitos dos produtores serão renegociados em até 30 anos, de acordo com a capacidade de pagamento de cada um, com a primeira parcela a vencer em 31 de outubro de 2009. A dívida envolve três grandes blocos:

- R\$ 12,99 bilhões, correspondentes a 31.442 contratos enquadrados no Pesa; Securitização (Lei nº 9138, de 29 de novembro de 1995), Recoop, Pronaf, Procer, além das culturas de café e cacau;
- R\$ 8,70 bilhões rolados nas safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06;
- R\$ 49,0 bilhões de investimento também rolados a partir de 2003.

Em termos do tamanho da dívida, o Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor de grão do país, é o responsável pela maior dívida agrícola entre os estados da federação. O estado gaúcho teve problemas de longa estiagem, com forte quebra da produção e na renda rural. Mato Grosso, segundo maior produtor, vem a seguir, com custos de produção elevados e problemas de logística. O Paraná, o principal responsável pela produção de grãos, é o quarto mais endividado. As culturas com maiores débitos são arroz, soja, milho, trigo e algodão.

#### Número de operações no Tesouro Nacional (2001)

Estoque	512.644
Passíveis	125.172
Inscritas	31.442
<hr/>	
Dívida consolidada	R\$ 32,97 bilhões
Saldo devedor vencido	R\$ 4,92 bilhões
Total a renegociar	R\$ 12,99 bilhões

Fonte: Capadr

Essa ação corresponde à terceira grande renegociação das dívidas rurais. A primeira ocorreu com a securitização, em 1995, logo após o anúncio do Plano Real. A segunda, em 2001, depois do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização Financeira das Cooperativas (Recoop). Agora, a quase um ano das eleições municipais de 2008, o Congresso Nacional tenta acertar as suas bases políticas. O assunto sensibiliza muito mais nesses momentos.

### História longa e complexa

A origem do endividamento setorial está relacionada com a ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira vigente até a década de 1970, baseado muito na poupança externa. As duas crises do petróleo, combinadas com a elevação dos juros internos e externos, foram os elementos impulsionadores dessa ruptura.

Por conta desses fatores, a economia brasileira passou a enfrentar trajetória de altas taxas inflacionárias acompanhada de um forte quadro recessivo. No diagnóstico da crise, os governos da época entendiam que os subsídios concedidos à agricultura como deterioravam as contas públicas e, por conseguinte, provocavam os desajustes da economia.

A partir de então, procederam-se mudanças substanciais no modelo de crédito rural, com destaque para a imposição de custos reais aos financiamentos concedidos ao setor e para a redução significativa dos recursos ofertados.

Em 1985, foi extinta a Conta-Movimento do Banco do Brasil, com um corte drástico nos subsídios e nos volumosos recursos oferecidos ao financiamento da atividade agrícola.

As mudanças no modelo de crédito rural (redução da oferta de recursos, processo de transferência do financiamento para o mercado, e custos reais nos contratos), não conseguiram ser assimiladas pelos setores produtivos da agricultura, dada a assimetria verificada entre a evolução dos custos dos financiamentos e as receitas geradas pela atividade.

De acordo com estudo realizado pela Ocepar – Organização das Cooperativas do Paraná, tomando-se o período de agosto de 1994 a dezembro de 2000, verifica-se que a evolução do IPP – Índice de Preços Pagos pelos produtores alcançou 194, contra 164 do IPR – Índice de Preços Recebidos pelos agricultores, o que aponta a expressiva deterioração nas relações de troca do produto agrícola. Com isso, estima-se que mais de R\$ 30 bilhões da renda agrícola tenham sido transferidos para os outros setores da economia.

Entre os fatores conjunturais alimentadores da dívida merecem destaque os efeitos dos sucessivos planos econômicos implementados desde meados da década de 1980.

Ao definirem a correção monetária sobre os saldos devedores das operações de crédito rural, os planos resultaram em continuado descompasso entre a evolução dos custos dos financiamentos relativamente ao comportamento dos preços agrícolas.

Na década de 1990, houve um salto no endividamento dos agricultores, com as decisões do Plano Collor de corrigir as dívidas em 74,6%, enquanto os preços agrícolas foram reajustados em apenas 41,2%. Como resultado, a dívida agrícola teve um crescimento líquido de 23,74%. Para agravar a situação, o Plano Collor II, por meio da Lei nº 8.177, de março de 1991, determinou a substituição pela TR dos indexadores de correção monetária previstos em contratos já firmados. Posteriormente, o Poder Judiciário julgou a inconstitucionalidade desse dispositivo.

Durante o Plano Real, como os encargos nos contratos foram corrigidos em 44,5%, o endividamento do setor ficou mais grave: de julho de 1994 a agosto de 2001, saltou do patamar de R\$ 18 bilhões para R\$ 30 bilhões de dívidas em situação de anormalidade. De acordo com o Relatório final da CPMI do Endividamento Agrícola, práticas irregulares bancárias agravaram, ainda mais, o quadro do endividamento.

Há razões urgentes para tentar uma composição: R\$ 12,99 bilhões de débitos não-quitados de 125.172 mil operações serão lançados como dívida ativa da União. Os produtores inandimplentes passam a ser cobrados por via judicial e ficam impedidos

de obter empréstimos e certidões negativas ou de fazer contratações diretas com órgãos públicos. As dificuldades aumentarão: o estoque das operações transferidas ao Tesouro Nacional envolve 512,6 mil contratos no valor de R\$ 32,97 bilhões. ■

## Dívida II

# Folêgo no curto prazo

**P**ARA DAR fôlego para o plantio da safra 2007/08, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, no final de agosto, o rebate de 10% nos financiamentos de investimento rural contratados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), nos programas de:

- Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota);
- Desenvolvimento Cooperativo para a Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop);
- Financiamento de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (Finame Agrícola Especial).

Pela medida, são beneficiados os mutuários cujo financiamento:

1. tenha sido contratado até 30/06/2006, ou em data posterior, com os encargos estabelecidos para a safra 2005/2006;
2. tenha sido contratado com taxas de juros superiores a 8,75% ao ano;
3. esteja com o pagamento das parcelas vencidas até 31/12/2006 em dia.

Os produtores rurais que se enquadram nas três situações e que tenham renda principal proveniente da produção de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo, terão desconto de 15% nas parcelas devidas e prorrogação de até 70% da parcela, desde que paguem, até a data do vencimento, pelo menos 15% do valor da parcela.

O desconto é de 5% nas prestações com vencimento neste ano nos financiamentos ao amparo dos programas de:

- Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro);
- Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), de Desenvolvimento da Fruticultura (Prodefruta);
- Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro), de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora);
- Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) e Moderfrota (contratado com juros de 8,75% ao ano).

Para ter o desconto, o produtor tem de pagar pelo menos 15% do valor das parcelas até o vencimento. O mutuário poderá ainda prorrogar até 80% das parcelas para um ano após o vencimento da prestação.

As operações de investimento rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) também são beneficiadas com a prorrogação de até 80% da dívida para um ano após o vencimento, desde que o produtor pague, até o vencimento, ao menos 20% do valor das parcelas.

As parcelas vencidas até 31/12/2006 devem estar em dia e a renda principal deve ser originária da produção de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo.

O produtor:

- Poderá ter prorrogada até 100% das parcelas de investimento com vencimentos neste ano, desde que comprove incapacidade de pagamento do percentual mínimo exigido;
- Contemplado pela prorrogação integral das parcelas com vencimento em 2007 perderá o direito aos descontos de 5%, 10% ou 15%;

- Optante pela prorrogação parcial ou total das parcelas com vencimento neste ano só poderão habilitar-se a novos créditos de investimento com recursos do crédito rural após liquidarem integralmente as parcelas vencidas em 2008, com exceção dos suinocultores e de suas cooperativas no estado de Santa Catarina.

## Custeio

As prestações prorrogadas das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06, inclusive as operações prorrogadas ao abrigo do Pronaf, serão novamente prorrogadas:

1. as prestações vencidas e não pagas ou vincendas até 28/09/2007 serão apuradas e mantidas nas condições de normalidade até a data de vencimento e terão direito à concessão de prazo de até um ano após o vencimento da última prestação;
2. as prestações vincendas a partir de 29/09/2007 podem ser beneficiadas pela prorrogação para até um ano após o vencimento da prestação, desde que solicitada pelo mutuário até a data do respectivo vencimento. Nesse caso, serão mantidos os encargos financeiros pactuados para situação de normalidade.

Os produtores rurais que já pagaram as parcelas com vencimento em 2007 e se enquadram nas situações acima também terão direito ao desconto, no caso de haver saldo devedor. O desconto será calculado sobre o valor nominal da parcela liquidada e concedido mediante a redução no saldo devedor das operações. ■